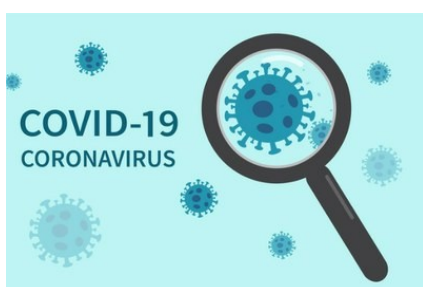




O que está sendo feito?

1. MPF e DPU pedem prorrogação do prazo para saque do auxílio emergencial para indígenas no Acre



O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) ajuizaram ação para obrigar a União, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social a ampliar o prazo para saque dos benefícios de auxílio emergencial e previdenciários pagos aos indígenas no estado do Acre. Essas providências

servem para impedir o deslocamento das populações indígenas às cidades, em conformidade com as orientações de isolamento social recomendadas pela OMS.

O principal pedido é para que o prazo para os indígenas realizarem o saque do auxílio emergencial seja prorrogado pelo tempo que durar o estado de pandemia fixado pela OMS, ou, pelo menos, por mais seis meses. A ação também requer a prorrogação do prazo para saque de benefícios assistenciais, especialmente salário-maternidade e pensão por morte, por mais 90 dias além do prazo já previsto, ou enquanto durar a pandemia, de modo a evitar a saída dos indígenas das aldeias enquanto durar o pico de contaminação e mortes em razão do novo coronavírus. [Leia mais](#).

2. Liminar determina implementação de medidas de segurança para trabalhadores da JBS no RS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) deferiu liminar em mandado de segurança proposto pelo MPT e determinou que a Seara Alimentos Ltda, de propriedade da JBS, deixe de praticar atividades extraordinárias que possam colocar trabalhadores em risco enquanto durar a pandemia de covid-19. A empresa pode executar ações voltadas para evitar a deterioração irreversível de bens ou aquelas que contribuam para evitar o



desabastecimento, desde que fundamentadas, autorizadas pela Justiça e negociadas previamente com o sindicato. Além disso, deverá adotar 36 medidas protetivas em sua rotina diária de trabalho. [Leia mais.](#)

3. MPRS pede paralisação total das atividades de frigoríficos no município de Lajeado

Em ações civis públicas com pedidos de antecipação de tutela, o Ministério Público do Rio Grande do Sul pediu a paralisação imediata e integral de toda a atividade nas plantas industriais das empresas Companhia Minuano de Alimentos e BRF SA, em Lajeado, pelo período mínimo de 15 dias, com multa diária de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento. As ações pedem também que, durante o período de suspensão das atividades, seja feita a higienização e descontaminação das unidades industriais, inclusive dos sistemas de refrigeração de ar, veículos próprios e de terceiros, espaços internos e externos da unidade, como estacionamento, paradas de ônibus, acessos às empresas. [Leia mais.](#)

4. No Rio, MP apura medidas adotadas em maternidades para enfrentamento da covid-19

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) instaurou procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar medidas adotadas pelos gestores de saúde do Município do Rio relacionadas às maternidades existentes na cidade, no enfrentamento da pandemia de covid-19. O MPRJ apura se as maternidades municipais estão cumprindo efetivamente o Procedimento Operacional Padrão (disposto na Resolução SMS 4346/2020), se as unidades estão realizando atividades como o controle da circulação de acompanhantes/visitantes, atendimento na porta de entrada pelo Acolhimento com Classificação de Risco as gestantes/puérperas com queixas respiratórias, entre outras. [Leia mais.](#)